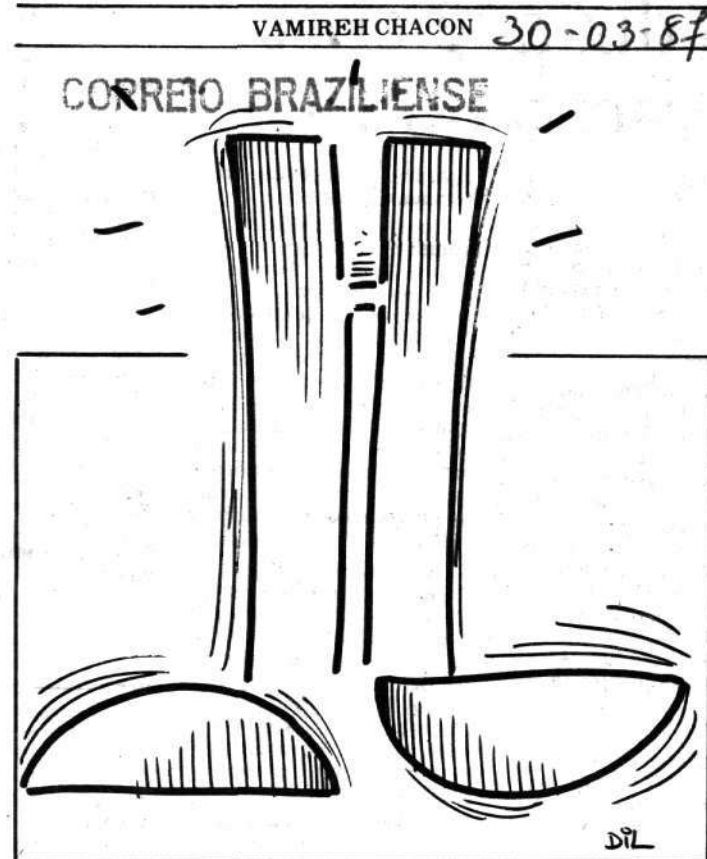


De novo o parlamentarismo

anc

O parlamentarismo volta à tona também no Brasil, o deputado Cunha Bueno retoma a ofensiva parlamentarista nas comissões da Assembléia Nacional Constituinte. E assim é, porque tem de ser. O presidencialismo só deu certo nos Estados Unidos e por causas especialíssimas. Lá o presidente tem muito menos atribuições, é muito mais controlável que em qualquer cópia, inclusive no Brasil. Para nomeação dos ministros em postos-chaves — Secretários de Estado, Tesouro e Defesa, além de vários cargos do segundo escalão à maneira do Banco Central — torna-se necessária a aprovação pelo Congresso.

Duas correntes se dividem na interpretação: de um lado os que nele vêem a tendência cíclica ao "presidencialismo imperial", Schlesinger entre eles. De outro os que, ao modo até de um ex-presidente — Woodrow Wilson — nele constata, pelo contrário, a predominância de um governo congressional. Mas nem num caso, nem no oposto, o presidente se deixa amarrar totalmente nem exerce hegemonia. Daí o êxito do sistema elaborado por James Madison, principal artífice da Constituição dos Estados Unidos que, no ano corrente, comemora o seu segundo centenário. Constituição substantiva por excelência, com apenas sete artigos e pouco além de duas dezenas de emendas, as quais em nada contrariam o texto, antes o inserem num contexto de sempre crescentes liberdades públicas e direitos individuais. Obra-prima digna de comparar-se, na escultura, às de Miguel Ângelo, fina arquitetura ecoando um passado rico de heranças fe-



cundas. Porque, lembre-se ainda, o presidencialismo estadunidense descende de uma grande elite política, sucessora, em linha reta, do parlamentarismo monárquico britânico.

E que o Congresso Continental, predecessor do Congresso Nacional em plena Guerra da Independência, melhor chamada de Revolução Americana, oriunda da Revolução Inglesa e imediata precursora da Revolução Francesa, não queria repetir a experiência monárquica ao lutar contra a britânica. Por isto escolheu a figura de um presidente hierático, cercado por símbolos romanos, a águia encimando sua bandeira, numa espécie

de monarca rotativo, eleito periodicamente. Maurice Duverger, em ensaio clássico apesar de menos conhecido, nele apontou uma espécie de monarquia republicana. George Washington, aristocrático e solene, cabia no papel como uma luva. E enquanto durou a chamada geração virginiana, dos pais fundadores oriundos da Virgínia, a presidência dos Estados Unidos significou, na plenitude, um sinônimo de realza democratzada. Só a partir da eleição do primeiro presidente populista, Andrew Jackson, em 1830, passou a crescer no horizonte o perfil das massas e seus cabos eleitorais. Mesmo assim, vez por outra, ressurgiu

um presidente monárquico, lembre-se Franklin Delano Roosevelt, parente de Theodore Roosevelt, casado com uma prima, reeleito três vezes. A partir dele foi que se limitou a reeleição a duas. Talvez por isto, pelo menos em parte, vem se cristalizando menos lideranças, apesar de também pesar muito o plebeísmo que veio a se instalar com a balbúrdia de milhões de imigrantes desassimilados cronicamente, tudo em nome do capitalismo selvagem tendendo a invadir as próprias matrizes do liberalismo, que dele pareciam estar livres. De novo o feitiço contra o feiticeiro...

Especialíssimo, portanto, o presidencialismo estadunidense, muito imitado, pouco seguido na letra, menos ainda no espírito.

Já o parlamentarismo, a partir da fonte clássica britânica, vem encontrando assimilações que comprovam sua maior flexibilidade criativa. Ninguém observa, num caso limite, que o Líbano sobrevive, enquanto organização estatal em meio a dilacerantes conflitos internos, porque dispõe de uma estrutura governamental parlamentar. Capaz de recuar e avançar, adaptar-se às piores circunstâncias. No que não está sozinho. De oitenta democracias liberais no mundo, cinquenta e nove são parlamentaristas e, destas, quarenta e três monárquicas, resistindo a tudo, crescendo por cima de todas as crises. Na casa do parlamentarismo há muitas moradas: da clássica às atípicas. O deputado Cunha Bueno teve a iniciativa de reiniciar o debate no Brasil, agora ao nível de Assembléia Constituinte. Outros se seguirão.